

Anvisa tem maioria para manter proibida a venda de cigarro eletrônico no Brasil

Decisão considerou o cenário internacional de regulamentação, as manifestações da comunidade científica e a visão geral da consulta pública realizada pela agência reguladora.

Por **Poliana Casemiro**, **Júlia Carvalho**, g1

19/04/2024 17h12 · Atualizado há 34 minutos



Reunião da diretoria da Anvisa sobre os cigarros eletrônicos (vapes) — Foto: Reprodução/Anvisa

A maioria dos diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), em reunião nesta sexta-feira (19), votou por **manter proibida a comercialização no Brasil dos cigarros eletrônicos**, também conhecidos como vapes.

Ainda falta o voto de uma diretora. Até as 17h43, haviam votado Antonio Barra Torres, diretor-presidente da Anvisa e relator, e os diretores Danitza Buvnich, Daniel Pereira e Rômison Mota.

👉 Desde 2009, esses dispositivos não podem ser vendidos no país. **Apesar disso, são facilmente encontrados no comércio** ou online.

Para embasar a discussão, a agência elaborou um relatório que avaliou o impacto no país da proibição nos últimos anos, além da situação em outros países em que a comercialização foi liberada. O documento faz as seguintes considerações:

- 👉 **Aumento do fumo entre os jovens:** nos países em que foram liberados, como **Estados Unidos** e **Reino Unido**, houve um aumento do fumo entre adolescentes e crianças, o que tem gerado uma crise de saúde e um movimento a favor da revisão da liberação.
- 👉 **Potencial de dependência:** um dos argumentos da indústria é o de que o cigarro eletrônico seria menos viciante e, por isso, uma alternativa ao tabagismo. No entanto, as pesquisas recentes apontam que não é fato. Os vapes podem entregar até 20 vezes mais nicotina que o cigarro comum.
- 👉 **Ausência de estudos no longo prazo:** Não há estudos que mostrem os riscos e efeitos no longo prazo. Um dos pontos de preocupação é a **lesão pulmonar** que pode levar à morte em um curto espaço de tempo e é causada pelas substâncias presentes nos cigarros eletrônicos. Nos EUA, foram ao menos 70 casos de morte pela doença.
- 👉 **Impactos na política de controle do tabaco:** o Brasil é referência no combate ao tabagismo, doença descrita para quem tem a dependência de cigarro. Um dos riscos analisados pela agência foi o aumento do consumo de tabaco no país com os cigarros eletrônicos.

Como votaram os diretores

- **Antonio Barra Torres**

✅ **A favor de manter a proibição.**

Para embasar seu voto, o diretor-presidente da Anvisa e relator citou pontos como o **cenário internacional de regulamentação** do cigarro eletrônico, as **manifestações da comunidade científica** e a **visão geral da consulta pública**.

Barra Torres trouxe documentos como a publicação da Organização Mundial da Saúde (**OMS**) de dezembro de 2023, que alerta que "a partir das evidências atuais,

não é recomendado que governos permitam a venda de cigarros eletrônicos como produtos de consumo na prossecução de um objetivo de cessação".

O diretor também listou os malefícios dos dispositivos eletrônicos, que podem causar lesões e até a morte, além de provocarem dependência.

Por fim, elencou **novas medidas de combate** à comercialização e ao consumo de cigarros eletrônicos – entre elas ações conjuntas com o Ministério da Educação para o desenvolvimento de práticas educativas sobre o tema e maior fiscalização para apreensão dos produtos.

- **Danitza Buvnich**

A favor de manter a proibição.

Em seu voto, a diretora destacou que a possível liberação influenciar a iniciação de jovens no consumo do tabaco e ter um impacto negativo nas políticas de controle do tabagismo no Brasil.

"Destaco o aumento do risco da iniciação de jovens e adolescentes ao tabagismo, a alta prevalência de uso em países que permitem tais produtos, em especial por crianças, adolescentes e adultos jovens e ausência de estudos que comprovem que estes produtos provoquem menos danos à saúde", afirmou Buvnich.

A diretora ainda sugeriu a alteração de parte do documento para que **permita a importação dos dispositivos para fins de pesquisa**. A proposta foi aceita pelo relator.

- **Daniel Pereira**

A favor de manter a proibição.

O diretor elogiou o processo robusto de evidências levantadas pela agência sobre o tema, além do protagonismo do Brasil na luta para o controle do tabagismo.

Pereira também citou os danos ambientais, os potenciais riscos às políticas públicas de combate ao tabagismo e o **provável aumento do contrabando** em caso de aprovação da venda e uso do cigarro eletrônico.

O diretor levantou dúvidas a respeito da responsabilização dos autores de propagandas de cigarros eletrônicos e sugeriu um ajuste na redação deste ponto, com a retirada do termo "ou por terceiros". A proposta foi acolhida pelo relator.

- **Rômison Mota**

- A favor de manter a proibição.**

O diretor destacou resultados de estudos que apontam o aumento da prevalência do consumo dos dispositivos eletrônicos em locais onde há a aprovação. Além disso, pontou que o **uso do tabaco aquecido pode levar ao consumo de tabaco comum**.

Mota também criticou o patrocínio da indústria do tabaco a propagandas e pesquisas que colocam os dispositivos eletrônicos como produtos mais seguros se comparados ao cigarro comum.

Ainda falta votar a diretora **Meiruze Freitas**.

Consulta pública

Na reunião desta sexta, foram exibidos diversos vídeos com a manifestação de participantes da consulta pública realizada pela agência sobre o tema.

Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Hisham Mohamad Hamida foi um dos que defenderam a manutenção da proibição em razão do aumento do número de dependentes dos vapes.

A médica e pesquisadora Margareth Dalcolmo, presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), alertou para os "danos absolutamente irreversíveis nos pulmões" causados pelos vapes. Segundo ela, trata-se de uma "invenção diabólica", que "vai gerar uma legião de pacientes com doenças crônicas"

Também houve manifestações do lado de quem é a favor da regulamentação. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Huilder Magno de Souza argumentou que a regulamentação é necessária para que haja um controle sanitário.

Para Paulo Solmucci, da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), a regulamentação irá possibilitar a arrecadação de impostos.



Coloridos e com sabor, cigarros eletrônicos atraem jovens e adolescentes — Foto: Reprodução/TV Globo

Posição da indústria do tabaco

Os pontos do relatório da agência são refutados pela indústria, que defende a liberação sob os argumentos de redução de danos (porque as pessoas substituiriam os cigarros, com tabaco, pelo vape) e aumento na arrecadação de impostos (com a liberação do comércio).

A Philip Morris Brasil, uma das principais empresas do setor, diz que o produto já representa 36% de sua receita no exterior.

Em outra frente, o setor tenta aprovar um projeto de lei que da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) que propõe a permissão da venda e produção do produto no país. O projeto está no estágio inicial de tramitação, ainda pendente de votação em comissões.

Paciente relatou 'graxa' no pulmão após vape



43 dias na UTI por causa de vapes: usuário critica e diz ser contra venda no Brasil

O farmacêutico Arnaldo Machado é um dos pacientes que tiveram **complicações graves após o uso de cigarros eletrônicos**. Ele passou um mês e meio na UTI entre a vida e a morte.

"Eu tive um colapso, meu pulmão parou e aí eu passei a jornada mais cruel da minha vida por conta de um aparelho que hoje eu vejo milhares de pessoas fazendo o uso. Esse aparelho mata, esse aparelho tira vida, não deveria nem estar sendo discutida a possibilidade de ele ser legalizado", conta.

Machado tinha uma rotina saudável e se surpreendeu com a rapidez com que ficou doente por causa do cigarro eletrônico. Ele nunca tinha fumado cigarro comum antes de ter acesso ao cigarro eletrônico e achava que, por conta da essência de menta, não seria algo prejudicial.

Após sair da UTI, Machado ainda teve que passar meses na fisioterapia para a reabilitação e voltar a ter uma vida normal.

No Brasil, há nove casos registrados de avali de 2019 a 2020, segundo a Anvisa, No entanto, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia alerta que a doença é subnotificada. Ou seja, há um número oficial de casos menor que a realidade. Isso porque, no país, a notificação de casos é voluntária e não compulsória.



Arnaldo usou cigarro eletrônico por nove meses, teve avali e passou 43 dias na UTI — Foto: Arquivo Pessoal



Febre entre jovens, mercado bilionário e perigo à saúde: o consumo desenfreado de cigarro eletrônico no Brasil

Saiba mais →



Rogério Andrade: a decisão que beneficiou o bicheiro

Rog

O Assunto



00:00

22:35

ANVISA

ESTADOS UNIDOS

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)

REINO UNIDO



Veja também

